RBGDR

PROFESSORAS PESQUISADORAS FEMINISTAS E O DEBATE DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE: ESTRATÉGIAS E RESISTÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

FEMINIST WOMEN PROFESSORS' PROTAGONISM AND THE INSTITUTIONALIZATION OF GENDER IN THE UNIVERSITY

RBGDR

REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
V.22, N°4, Edição Especial 2026 | Taubaté/SP - Brasil | ISSN 1809-239x

PROFESSORAS PESQUISADORAS FEMINISTAS E O DEBATE DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE: ESTRATÉGIAS E RESISTÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

FEMINIST WOMEN PROFESSORS' PROTAGONISM AND THE INSTITUTIONALIZATION OF GENDER IN THE UNIVERSITY

Amanda Maria Capitolina Rodrigues Duarte[1] | Daniela Finco[2]

Recebimento: 30/03/2026
Aceite: 11/07/2026

[1] Doutoranda em Educação (UNIFESP).
Guarulhos – SP, Brasil.
E-mail: amanda.duarte@unifesp.br

[2] Doutora em Educação (USP).
Professora da Universidade Federal de São Paulo.
Guarulhos – SP, Brasil.
E-mail: dfinco@unifesp.br

RESUMO

Esta pesquisa aborda os desafios do processo de institucionalização da perspectiva de gênero nas universidades públicas brasileiras, considerando os desafios político-educacionais dos tempos atuais. A pesquisa qualitativa tem como base as experiências de professoras pesquisadoras feministas que atuam na área dos Estudos de Gênero e Educação e são docentes em cursos de Pedagogia. A metodologia envolve entrevistas semiestruturadas com quatro docentes, identificadas por meio do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq. Os dados destacam a preocupação com relação à formação universitária na promoção de mudanças relacionadas às temáticas de gênero e sexualidade. Destacam, ainda, a força do feminismo universitário como prática de resistência e produção de contrapolíticas, promovendo o questionamento das desigualdades e violências.

Palavras-chave: Feminismo universitário; Formação docente; Gênero; Pedagogia Feminista.

ABSTRACT

This research addresses the challenges of institutionalizing a gender perspective in Brazilian public universities, considering the current political and educational challenges. The qualitative study is based on the experiences of feminist women researchers who work in the field of Gender Studies and Education and teach in Pedagogy programs. The methodology involves semi-structured interviews with four professors, identified through the Directory of Research Groups in Brazil maintained by CNPq. The data highlight concerns regarding university education in promoting changes related to gender and sexuality issues. They also emphasize the strength of academic feminism as a practice of resistance and the production of counter-policies, fostering critical reflection on inequalities and violence.

Keywords: University Feminism; Teacher Education; Gender; Feminist Pedagogy.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca identificar os desafios da inserção da perspectiva de gênero na formação inicial docente, a partir das experiências de professoras pesquisadoras que atuam no campo dos Estudos de Gênero e Estudos Feministas, em cursos de Pedagogia em universidades públicas brasileiras. Destaca a potencialidade e a força do feminismo universitário, bem como seu papel central na construção de formas de contrapolítica, voltadas ao questionamento das relações desiguais e hierárquicas.

O texto provoca a reflexão sobre as lacunas presentes no processo formativo docente e sobre os desafios para a construção de um projeto político-pedagógico comprometido com a eliminação das desigualdades de gênero nos processos educativos. Nesse sentido, evidencia a luta de professoras pesquisadoras feministas contra a discriminação, buscando, para além dos entraves e desafios, compreender como suas experiências nos ajudam a pensar em processos formativos que possam subsidiar perspectivas de intervenção.

Estudos problematizam o contexto político-social antigênero marcado pelo uso de estruturas e discursos institucionais do próprio Estado para se opor às pautas feministas e de gênero. Esses estudos revelam o processo de tentativas de deslegitimação do feminismo e dos estudos de gênero, apresentando-os como ameaças à família, à moral ou à ordem social. Promovem, ainda, a chamada "ideologia de gênero" como um inimigo político, mobilizando pânico moral, reforçando papéis tradicionais de gênero, especialmente por meio de discursos sobre a "crise da masculinidade". Apontam, assim, para um antifeminismo de Estado, que atua para barrar ou desmontar políticas de igualdade de gênero, educação sexual e direitos LGBTQIAPN+, combinando discursos e práticas institucionais para conter avanços feministas e manter hierarquias de gênero existentes (Cardoso, Amorim, Sulz, 2023).

Pesquisas fazem uma análise crítica do avanço de propostas político-pedagógicas ultraconservadoras na América Latina, com foco nas noções de "ideologia de gênero" e no movimento "Escola sem Partido", e revelam que essas iniciativas se baseiam em falácias discursivas, construídas para deslegitimar os estudos de gênero e restringir debates sobre diversidade de gênero e sexualidade nas escolas. Destacam que essas propostas representam um retrocesso democrático, ao atacar princípios fundamentais como a laicidade do Estado, os direitos humanos e a pluralidade de ideias. Ao mesmo tempo, as autoras reforçam a importância da resistência acadêmica e pedagógica, defendendo uma educação crítica, inclusiva e comprometida com a justiça social (Yannoulas, Afonso, Pinelli, 2021).

Diante desse preocupante cenário político, no qual movimentos antigênero questionam a pertinência da discussão de gênero no âmbito educacional, torna-se bastante relevante refletir sobre o papel da universidade e sobre a inserção da perspectiva de gênero no processo de formação docente. Para isso, as reflexões têm como base os referenciais teóricos dos Estudos de Gênero e dos Estudos Feministas (Yannoulas, Vallejos e Lenarduzzi, 2000; Yannoulas, Afonso, Pinelli, 2021; Buquet, 2016, 2020; Sardenberg, 2020; Lacerda, 2025), que abordam a potência do feminismo acadêmico, assim como revelam as lacunas no processo formativo docente, provocando-nos a pensar na construção de um projeto político-pedagógico comprometido com os processos educativos e trazendo pistas para a transformação.

Este artigo tem como base os resultados de uma pesquisa de mestrado que buscou compreender como as experiências formativas na universidade podem fomentar a construção do pensamento crítico e favorecer a construção de práticas educativas emancipatórias e democráticas para a educação. Para a coleta e a análise dos dados, procuramos compreender o sentido de experiências e narrativas, o que possibilitou ouvir as potências transformadoras mobilizadas pelas professoras pesquisadoras, a partir das noções de experiência formuladas por Scott (1995; 1998).

Nesse processo, a pesquisa buscou ouvir suas experiências individuais e coletivas como mulheres, docentes e pesquisadoras no contexto de quatro universidades federais brasileiras. Os critérios de seleção tiveram como foco professoras pesquisadoras membros de grupos de pesquisa, localizadas por meio do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq, responsáveis por disciplinas sobre gênero nos cursos de Pedagogia e que atuassem como pesquisadoras no campo de gênero. A partir do levantamento nos grupos de pesquisa e da consulta aos currículos por meio da Plataforma Lattes, consideramos os seguintes critérios: a) atuação em cursos de Pedagogia; b) possuir produção bibliográfica no campo da educação e gênero; c) currículos atualizados quanto à atuação no ensino de graduação.

Apresentamos, a seguir, no Quadro 1, a caracterização das quatro professoras pesquisadoras participantes da pesquisa. Cada docente recebeu um nome fictício para preservar sua identidade: Frida Kahlo, Patrícia Galvão, Leila Diniz e Virginia Woolf. A escolha objetivou homenagear a diversidade de mulheres que nos impactaram com suas ideias emancipadoras, não tendo relação direta com as participantes.

Quadro 1 | Caracterização das participantes da pesquisa

Pseudônimos	Região do Brasil	Curso em que leciona	Idade	Tempo de docência	Nível de formação
Patrícia Galvão	Sul	Pedagogia e licenciaturas	60	34 anos	Doutorado em Educação
Leila Diniz	Sul	Pedagogia e licenciaturas	60	39 anos	Doutorado em Educação
Virginia Woolf	Sudeste	Pedagogia	47	22 anos	Doutorado em Educação
Frida Kahlo	Sul	Pedagogia	50	23 anos	Doutorado em Educação

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, considerando a combinação de perguntas abertas e fechadas, o que possibilitou às participantes maior liberdade para discorrer sobre o tema. Por meio delas, foi possível captar experiências, valores, opiniões, aspirações e motivações das participantes (Lima, 2016). Tais entrevistas permitiram uma proximidade maior entre entrevistadora e entrevistadas, favorecendo o diálogo e possibilitando trocas. As entrevistas foram fundamentais para mapear as práticas, assim como identificar experiências de formação sobre as questões de gênero.

As falas transcritas das entrevistas foram categorizadas, permitindo estabelecer conexões entre a universidade e as experiências docentes relacionadas às questões de gênero. O conjunto de dados foi organizado em eixos de análise. A pesquisa foi conduzida em conformidade com os princípios éticos que regem pesquisas envolvendo seres humanos, tendo sido previamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Todas as professoras participantes receberam as informações referentes aos objetivos da pesquisa, aos procedimentos metodológicos, aos possíveis benefícios, bem como aos riscos envolvidos, e consentiram em participar da pesquisa mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Desse modo, este artigo analisa a inserção da perspectiva de gênero na formação docente inicial, tomando como eixo as experiências de professoras pesquisadoras feministas e os desafios enfrentados no contexto universitário contemporâneo. O primeiro tópico discute o papel educativo, político e social da universidade, destacando sua responsabilidade na promoção dos direitos humanos, na problematização das desigualdades e na institucionalização das questões de gênero. O segundo aborda a universidade como campo de disputas, evidenciando os entraves, as resistências e as estratégias mobilizadas para a inclusão

do tema nos currículos de formação docente. Por fim, o terceiro tópico analisa as formas de discriminação e violência de gênero no ambiente universitário, bem como as práticas de resistência e enfrentamento construídas por docentes e coletivos feministas. Assim, o texto busca contribuir para o debate sobre a necessidade de uma formação docente comprometida com a transformação social, a equidade de gênero e o combate às violências.

1. GÊNERO E O PAPEL EDUCATIVO, POLÍTICO E SOCIAL DAS UNIVERSIDADES

Relatórios realizados a partir dos seminários "Educação em Sexualidade e Relações de Gênero na Formação Inicial Docente no Ensino Superior'' (Unesco, 2014; 2017) já alertavam para a necessidade de fomentar o espaço político e social de tais debates nos espaços acadêmicos, inclusive na perspectiva das discriminações e violências. Parece que os debates sobre violência surgem como uma porta de entrada para abordar temáticas vinculadas a discriminações e desigualdades presentes no espaço educativo.

Compreendemos que o debate sobre as questões de gênero é um caminho para compreender as distintas e complexas dimensões do ser humano, abrangendo aspectos da organização social, assim como os saberes produzidos sobre as sexualidades. Desse modo, a demanda por visibilidade e superação das desigualdades de gênero é perpassada pela discussão sobre sexualidade, discriminações, LGBTQIAPN+fobias e outras violências. Nesse sentido, é preciso questionar o processo de discriminação, exclusão, recriminação e repressão. Tendo isso em vista, devemos pensar no papel da universidade na consolidação do respeito e dos direitos sociais, considerando a valorização da diversidade das identidades de gênero e das sexualidades.

Ana Buquet (2020) traz contribuições importantes para pensar o papel da universidade no enfrentamento das violências de gênero, propondo institucionalizar e transversalizar a perspectiva de gênero em três eixos: regulações, estruturas e políticas públicas nas universidades. A pesquisadora sugere que as instituições educacionais devem relacionar suas leis aos padrões nacionais e internacionais de direitos humanos e igualdade de gênero. Aponta, ainda, para a necessidade da criação de regulamentos específicos para promover a igualdade de gênero nas comunidades e em outros espaços, bem como para abordar, investigar, punir e erradicar a violência de gênero. Essas ações extrapolam o debate da inclusão de gênero na constituição das matrizes curriculares, mas se situam no campo das relações e das ações, tão relevantes para este debate, que trata da formação docente.

Debater a urgência da institucionalização de gênero e o papel social da universidade revela muitos desafios diante do contexto político atual. A importância da relação entre teoria e prática revela-se como uma construção central para este debate, para a desnaturalização das relações e para a denúncia e o enfrentamento das desigualdades e violências de gênero que permeiam as experiências educativas, seja nos conteúdos curriculares, seja no âmbito das relações sociais vivenciadas nesse contexto.

Para isso, as contribuições dos Estudos Feministas e dos Estudos de Gênero, considerando suas diferentes vertentes e perspectivas, revelam-se como uma poderosa ferramenta teórica, política e educacional para analisar e incluir, na formação docente, debates necessários e urgentes, como o reconhecimento das desigualdades sociais e o combate às violências. Pensar essa perspectiva histórica feminista e a inclusão de gênero na formação docente inicial coloca-nos muitos desafios diante do questionamento sobre a construção do conhecimento tomado como neutro e natural na sociedade, uma vez que essa naturalização pode esconder processos históricos e sociais que demandam problematizações, deslocamentos e rupturas para transformar a realidade.

Os desafios, os entraves e as estratégias para a inserção de gênero na formação docente inicial revelam grandes desafios para as universidades. As experiências e narrativas presentes nesta pesquisa provocam-nos a pensar sobre o papel educativo e social do ensino superior e da universidade diante das violências e da desigualdade de gênero. A universidade, segundo Chauí (2003), é uma instituição social e, como tal, exprime, de maneira determinada, a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Ela destaca que a relação entre universidade e sociedade explica o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, em um princípio que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela.

Diante dessa perspectiva, podemos compreender que uma universidade responsável é aquela comprometida com a democratização, a equidade e a justiça social, que pesquisa e analisa a persistência da discriminação e promove redes, estratégias e diretrizes para combatê-la (Finco, 2018). É preciso que a universidade e os sujeitos que a constituem afinem seus olhares para as questões de gênero e reflitam sobre isso, considerando que todos e todas são responsáveis pela manutenção ou pela desconstrução das relações de poder e da naturalização de gênero.

Portanto, silenciar esse debate ou se omitir diante do crescimento dos índices de violência em nossa sociedade contribui para a reprodução das desigualdades e das práticas discriminatórias, em desacordo com os princípios democráticos e dos direitos humanos. Nesse sentido, a inserção da perspectiva de gênero na formação inicial docente revela-se fundamental para a construção de uma educação comprometida com a transformação social, a consciência crítica e a ação coletiva. Assim, o papel educativo da universidade vincula-se ao compromisso com a justiça social, os direitos humanos e os princípios democráticos, enquanto seu papel político se expressa na esperança como um chamado à mudança.

Diante disso, apresentamos, a seguir, análises das experiências de professoras pesquisadoras feministas em seus contextos universitários. Por meio delas, foi possível identificar entraves, estratégias, argumentos e negociações mobilizados na incorporação do debate de gênero na formação docente inicial, em um cenário no qual a universidade se configura como um campo de disputas, marcado por inúmeros desafios à inclusão dessa temática.

2. UNIVERSIDADE COMO CAMPO DE DISPUTAS: DESAFIOS DA INCLUSÃO DE GÊNERO

As análises desta pesquisa nos revelam que ainda há dificuldades na implementação e institucionalização do debate de gênero nos cursos de Pedagogia e no âmbito das universidades. A professora pesquisadora Patrícia Galvão explicita como essa temática se apresenta no currículo da formação inicial, alertando para as disputas no campo do currículo. Ela revela, ainda, suas estratégias para conseguir, de alguma forma, incluir o debate sobre o tema:

> *Na universidade é uma grande briga porque o currículo já está completo e ninguém quer abrir mão. Eu sempre procuro introduzir [gênero] da minha forma, mas nunca de forma institucionalizada. Sou professora didática, mas é uma didática voltada para analisar livros didáticos na perspectiva de gênero e raça* (Entrevista com a professora pesquisadora Patrícia Galvão).

> *Tem essa implicação, na medida em que eu tenho um horário disponível que eu ofereço a disciplina. Então essa é a questão, ela não é uma disciplina obrigatória. Temos a perda de não ter uma disciplina obrigatória, que não garante que todos que saem daquele curso passaram por essa disciplina, não garante, por mais que a gente fique nesse esforço de luta, de ofertar sempre que possível, para mais pessoas poderem usufruir das discussões* (Entrevista com a professora pesquisadora Frida Kahlo).

A fala da professora pesquisadora Patrícia Galvão evidencia que a inserção da temática de gênero no currículo universitário ocorre em um contexto marcado por disputas simbólicas e institucionais. Ao afirmar que "o currículo já está completo e ninguém quer abrir mão", a docente explicita a existência de um campo de tensões no qual diferentes áreas competem por legitimidade e espaço, revelando que o currículo não é neutro, mas atravessado por relações de poder e prioridades acadêmicas. Essa "grande briga", como ela própria denomina, aponta para a dificuldade de institucionalizar a temática de gênero de forma estruturada, levando docentes a adotarem estratégias individuais para garantir sua presença. Nesse sentido, destaca-se uma estratégia de inserção transversal e não institucionalizada. Ainda que, à primeira vista, a disciplina não esteja diretamente associada a essas temáticas, a docente promove análises críticas de materiais didáticos sob essa perspectiva, ampliando o alcance formativo dos conteúdos. As práticas revelam tanto os limites impostos pela estrutura curricular quanto às possibilidades de resistência e inovação pedagógica, evidenciando que a inserção do gênero na formação docente depende, muitas vezes, do engajamento individual frente à ausência de políticas institucionais consolidadas.

Os dados revelam os impasses da implementação de disciplinas de gênero, que não são de caráter obrigatório, sendo oferecidas no formato optativo. Esse embate consiste ainda em mais um ponto a ser destacado, pois, apesar de a disciplina estar contemplada na matriz curricular, isso não significa que ela obrigatoriamente aconteça, conforme narra a professora pesquisadora Frida Kahlo, ao apontar as implicações de uma disciplina de gênero ofertada em caráter optativo.

Além de a disciplina que envolve o debate de gênero ter um caráter optativo ou eletivo, a disputa pela carga horária traz desvantagens para as disciplinas de gênero, pois o fato de não haver uma obrigatória, mas apenas uma optativa, não garante que estudantes tenham a chance de vivenciar essa formação. Apesar da luta pela inserção do debate de gênero no curso de Pedagogia, o status optativo da disciplina tem se configurado como um primeiro passo, mas demanda outros aspectos para que a discussão seja garantida, como sua disponibilização para além da atuação da própria docente. Questões ligadas à disputa do currículo revelam que ele não é neutro, mas um espaço de relações de poder, construído a partir de discursos legais, pedagógicos e subjetivos de participantes da elaboração dessa proposta pedagógica.

As narrativas também apontam que as conquistas nessa direção são lentas e requerem muita energia, como revelam as falas compartilhadas na entrevista da professora pesquisadora Virginia Woolf, quando descreve sua luta para conseguir garantir, por meio das prerrogativas do regimento interno do curso em que atua, a consolidação de uma disciplina de gênero:

> *Eu tive uma disputa de dois anos para transformar uma disciplina a de fundamentos II em uma eletiva de gênero. Após dois anos passando em reunião de departamento, eles aprovaram, mas não colocaram a disciplina em carga, porque quando a disciplina é colocada como eletiva e não como optativa, ela vai para o plano de curso, então ela tem que ser dada. Não pode ficar 4 anos sem dar a disciplina. Então, eu consegui fazer para que essa disciplina fosse dada e consegui fazer com que essa disciplina entrasse não como optativa, mas como eletiva* (Entrevista com a professora pesquisadora Virginia Woolf).

As análises apontam para as diferentes estratégias para transformar uma disciplina de fundamentos em eletiva de gênero, demandando outros esforços para fazer valer a disciplina de gênero no currículo do curso de Pedagogia e alertando para a importância de uma estratégia institucional de legitimação da discussão na universidade. A experiência da professora pesquisadora Virginia Woolf destaca, ainda, as formas de resistência para a inserção do tema, revelando que sua legitimação ainda se caracteriza como um desafio para a efetivação nos cursos de formação docente. A pesquisa de Unbehaum (2014) já apontava essa questão em seus estudos, apresentando-a como um dos pontos centrais da problemática. A autora destaca, ainda, a indefinição quanto ao lugar e à forma de tratamento do tema na estrutura curricular, revelando o impasse sobre a abordagem ideal.

Os Estudos de Gênero demandam uma abordagem multidisciplinar, uma vez que tratam de problemáticas transversais e complexas, cuja compreensão não pode ser reduzida a explicações unilaterais, seja no campo econômico, político ou social. Seu caráter polissêmico e relacional evidencia que as desigualdades de gênero atravessam múltiplos fenômenos sociais. Nesse sentido, conforme apontam Yannoulas, Vallejos e Lenarduzzi (2000), a transversalidade não implica apenas a inserção do tema em diferentes disciplinas, mas a compreensão de que as questões de gênero constituem eixos estruturantes de reflexão, presentes em todo o campo do conhecimento e, portanto, indispensáveis à formação crítica.

Ao indagar sobre a dificuldade de inserção e permanência de disciplinas de gênero nos cursos de Pedagogia, Soares (2018) relaciona esse cenário a um campo de disputas em torno de uma agenda de gênero e diversidade sexual, que perpassa a conjugação de forças para a identificação

dos obstáculos e a tomada de decisões no campo das políticas públicas. A autora alerta, ainda, para a existência de uma luta curricular no ensino superior para definir quais disciplinas estarão presentes. Neste sentido, a professora pesquisadora Leila Diniz também chama a atenção para a criação de estratégias voltadas à legitimação do debate de gênero, narrando como foi organizando e ocupando os espaços fora da universidade, criando e fortalecendo suas redes de apoio, para potencializar a discussão também dentro do espaço da universidade:

> *Eu comecei a organizar e realizar cursos, um sindicato também me convidou para cursos de extensão, então isso foi garantindo uma trajetória mais sólida para trazer essas discussões internamente. Eu tive que ir construindo fora e dentro, para legitimar na universidade essa discussão* (Entrevista com a professora pesquisadora Leila Diniz).

A busca pela legitimação do debate de gênero na universidade exige um esforço contínuo, que ultrapassa seus limites institucionais, sendo construída também em espaços externos, como cursos e articulações com outras organizações. Assim, as experiências das professoras pesquisadoras revelam trajetórias marcadas pela atuação em diferentes setores da sociedade, como estratégia para fortalecer, sustentar e viabilizar a incorporação dessa temática no interior da universidade.

3. RESISTÊNCIAS CONTRA AS DISCRIMINAÇÕES E VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

As experiências formativas, acadêmicas e docentes das professoras pesquisadoras envolvidas na pesquisa, nas diferentes ações e estratégias diante do desejo de inserir a perspectiva de gênero nos cursos de Pedagogia, mostram um cenário pertinente: os conflitos existentes nos projetos pedagógicos confrontam-se com as persistentes vozes que ecoam o debate de gênero, o que traz possibilidades de mudanças no cotidiano formativo e contribui para a construção de um compromisso contra as desigualdades herdadas e perpetuadas na sociedade.

A pesquisa revela, ainda, que a inserção de gênero no processo formativo docente envolve uma dimensão fundamental: a conexão entre teoria e prática diante dos problemas de gênero. Mostra-se fundante a importância de denunciar as violências de gênero que permeiam as experiências educativas, seja nos conteúdos curriculares, seja no âmbito das relações sociais vivenciadas nesse contexto. Desconstruir os discursos misóginos, sexistas e LGBTQIAPN+fóbicos envolve um meticuloso projeto de educação,

atento à suposta subversão de valores e conceitos, destacando as conexões entre as opressões e violências vivenciadas no âmbito acadêmico, que compõem o rico e complexo processo formativo subjetivo e profissional. Na direção de um projeto educativo institucional que problematize as desigualdades e violências de gênero, as análises revelam que as violências de gênero integram o amplo escopo de ações de manutenção de relações de gênero assimétricas no contexto das universidades.

Olhar para os constrangimentos, as discriminações e as violências de gênero no contexto universitário, ao longo do processo formativo, também se mostrou relevante quando tratamos das experiências e narrativas das professoras pesquisadoras sobre gênero. As várias formas de violência, física, verbal, sexual, psicológica (Saffioti, 2004), não ocorrem isoladamente e podem estar presentes na experiência formativa no contexto da universidade. Os preconceitos, as discriminações e as violências se reproduzem nas mais variadas instâncias, remetendo à opressão de gênero, inclusive nas relações na universidade. As violências sofridas historicamente e que também estão presentes no contexto universitário demandam uma constante posição questionadora diante da reprodução das desigualdades.

A universidade, dada a sua função social, não deve reproduzir violências sexistas, LGBTQIAPN+fóbicas ou misóginas, visto que tais práticas corroboram a manutenção de uma cultura de violência e de injustiça social. As narrativas das docentes participantes desta investigação demonstram estereótipos e preconceitos praticados por seus pares, os quais tornam suas sexualidades alvos de estigma no ambiente institucional. As falas evidenciam a persistência da misoginia e de posturas machistas no cotidiano acadêmico. A professora pesquisadora Leila Diniz questiona, nesse sentido, um currículo oculto, isto é, um currículo para além da dimensão disciplinar, que se constitui no campo das ações, em que gênero se expressa nas relações sociais em instituições de educação:

> *Eu percebo no próprio curso, e em outros cursos, nos encontros com os colegas, as futilidades, como roda o preconceito, as piadas. Uma vez em uma reunião com vários cursos, um professor fez uma piada no microfone e eu levantei e falei 'olha, ou você se retrata ou vai para o registro de ata e eu vou me retirar da reunião, porque não vim aqui pra ouvir isso, porque isso é sexista'* (Entrevista com a professora pesquisadora Leila Diniz).

> *Já ouvi um colega dizer 'ah, mas lugar de mulher a gente já sabe'. Foi uma percepção e comentário de um pós-doutor, então a gente percebe que independente da formação há questões que ainda passam muito pelo senso comum na voz das pessoas* (Entrevista com a professora pesquisadora Patrícia Galvão).

Essa afirmação trazida pela professora pesquisadora Patrícia Galvão revela-nos a pertinência de discutir as teorias de gênero e feministas na universidade, uma vez que os preconceitos de gênero ainda estão muito presentes nas relações estabelecidas nesses espaços. Estudos apontam para a atuação feminista no âmbito acadêmico-científico, procurando refletir sobre os desafios de gênero e mostrando os embates relacionados à institucionalização desses estudos. Alertam que fazer feminismo acadêmico no Brasil implica não apenas um trabalho de sensibilização, articulação e cooperação com diferentes grupos de mulheres, sociedade civil e órgãos governamentais, mas também lutas constantes para garantir legitimidade no desenvolvimento dos cursos, estudos, pesquisas e atividades de extensão universitária (Sardenberg, 2020). A autora relembra que, no contexto dos anos de 1980, quando se iniciava o debate sobre a questão das mulheres e das violências contra mulheres na universidade brasileira, esse movimento não era visto com bons olhos, já que os próprios pares identificavam as pesquisadoras feministas, de forma pejorativa, como "mulherólogas", revelando que os preconceitos de gênero não são atuais, mas persistentes no espaço acadêmico.

Os Estudos Feministas questionaram a ciência tomada como universal, na qual as experiências masculinas eram as únicas consideradas. Com a presença de mulheres na academia, como sujeitos e objetos de pesquisa, a transformação da ciência androcêntrica e a institucionalização dos espaços acadêmicos produziram aportes e importantes categorias de análise. Os problemas de pesquisa da academia feminista surgiram com o compromisso político pela emancipação das mulheres.

Nesse processo, há a geração da reflexão e do conhecimento feminista, ou seja, a construção do conhecimento se deu pela experiência de transformação das mulheres, tanto no nível das subjetividades quanto no dos espaços exteriores (Yannoulas, Vallejos e Lenarduzzi, 2000, p. 426). Atualmente, a categoria acusatória da "ideologia de gênero" permeia os discursos sociais, assim como o meio acadêmico, e evidencia, mais uma vez, a necessidade do feminismo acadêmico.

Incluir gênero na formação docente inicial envolve questionar também as marcas de violência, da reprodução de preconceitos e das discriminações no contexto das relações na universidade. As professoras pesquisadoras revelam a necessidade de enfrentar diferentes desafios, como as negociações para a inserção de gênero no currículo, com os argumentos, as estratégias, os planejamentos, a luta contra a invisibilização do campo em que atuam, a luta contra a segregação, o sexismo, o machismo e o patriarcalismo.

Para além das questões de gênero, somam-se a esses diferentes enfrentamentos os preconceitos ligados à sexualidade. Assim como gênero, a sexualidade também é produzida no contexto da nossa sociedade. A norma toma como padrão o homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão. Qualquer pessoa fora dessas normas escapa da representação desse sujeito tomado como singular e universal. Assim, as relações que ocorrem na universidade, como instituição social, não se afastam daquilo que é concebido socialmente como a sexualidade "normal" e "natural", bem como das ideias essencializadas sobre mulher e homem (Louro, 2000).

Suas relações também estão permeadas por discursos que construíram as segregações de gênero e sexuais. Se uma ciência hegemônica se baseou em termos androcêntricos, os quais deram aval às segregações de gênero, os preconceitos de gênero também permeiam as produções científicas. O relato da professora pesquisadora Patrícia Galvão alerta-nos para a formação voltada às relações de gênero e sexualidade, que se mostra como uma forma potente de sensibilizar a sociedade para os problemas de gênero. A seguir, duas professoras pesquisadoras narram experiências lesbofóbicas na universidade, expondo situações marcadas por preconceitos:

> *Na sutilidade do olhar, todo mundo aprende. Eu estou falando do ponto de vista identitário, como uma professora, lésbica, é óbvio que eu percebo o machismo, a homofobia, você percebe no olhar. E eu me coloco num campo de debate, vou expressar isso e eu provoco para que falem. Mas os homofóbicos por vezes são bastante covardes, porque como tem uma argumentação meio irracional, não escolhem o campo do debate* (Entrevista com a professora pesquisadora Leila Diniz).

> *Um professor quando viu que eu estava casada com uma mulher, entrou na minha sala e falou 'dá licença, você reparou que a sua voz mudou?' Eu falei: 'vai ver que é porque eu sou sapatão, não é?'. Misógino, lesbofóbico, vem falar da minha voz? Porque eu estou te falando isso, porque imagina você tramitar uma disciplina em um departamento com pessoas lesbofóbicas, misóginas e machistas? Transformar uma optativa em eletiva, porque a eletiva é continuidade da disciplina tal, da disciplina tal...* (Entrevista com a professora pesquisadora Virginia Woolf).

Com o enraizamento do patriarcalismo como uma estrutura que permeia todas as organizações sociais, na produção, na política, na legislação e na cultura, como lembra Castells (2018), a irracionalidade pode estar vinculada à forma como as estruturas patriarcais se colocam, sem questionamentos, direcionando os corpos e as consciências aos seus papéis de gênero. Não se questionam as identidades cisheteronormativas, porque são vistas como identidades dadas, ao contrário das pessoas LGBTQIAPN+, tidas como corpos desviantes e excêntricos e, por isso, questionadas, muitas vezes, de maneiras irracionais.

Assim como a professora pesquisadora Leila Diniz precisa lidar com a lesbofobia, a professora pesquisadora Virginia Woolf expõe dois enfrentamentos: o primeiro refere-se ao esforço para garantir uma disciplina eletiva de gênero para o curso de Pedagogia em que atua; o segundo, ao compromisso com a desconstrução dos discursos preconceituosos e lesbofóbicos. Castells (2018), ao resgatar a força e a vitalidade dos movimentos feministas, observa suas mais variadas vertentes e as "polifonias instigantes", como ele as denomina, recuperando a atuação do feminismo lésbico e incluindo uma gama de experiências femininas marcadas pela opressão das instituições indissociáveis do patriarcado e da heteronormatividade compulsória, bem como pela resistência das mulheres a tal opressão (Rich, 1996).

As falas das professoras pesquisadoras lésbicas apontam para a opressão do patriarcado e da heteronormatividade compulsória institucionalizada, mas também revelam suas resistências diante das experiências marcadas pela opressão. A presença de seus corpos, ocupando espaços nos quais o patriarcado e a heteronormatividade compulsória se estabelecem, provoca fissuras, porque quebra tabus, desequilibra a ordem heteronormativa compulsória preestabelecida, representa a visibilidade lésbica e evidencia a necessidade de discutir a opressão e seus processos na formação docente. Há profundas transformações nas condições de existência na academia e nas escolas, em razão das mudanças que atravessam a sociedade na perspectiva de gênero.

A presença massiva de mulheres na educação, a visibilidade de homossexuais e bissexuais e a expansão da discussão sobre sexualidade têm feito com que antigas barreiras sejam rompidas (Sá, 2019). Desta forma, a academia experimenta continuidades e descontinuidades quando se trata da questão dos preconceitos e acaba realizando alguns deslocamentos e até rupturas. As denúncias, a crítica feminista, os estudos culturais e os estudos negros, gays e lésbicos também estão produzindo efeitos sobre a academia. Desse modo, é possível encontrar, como ressalta Sá (2019), a reprodução de práticas sexistas que hierarquizam as diferenças, cabendo às instituições repensar seu papel de agentes políticos.

As falas das professoras pesquisadoras revelam que a inclusão de gênero no processo formativo docente exige também um posicionamento diante de práticas sexistas e de ações que reproduzem a discriminação e a violência sexual. Essas são também ações formativas, vivências que produzem efeitos e mobilizam mudanças importantes, impulsionando a construção de medidas contra as diferentes formas de violência. Para além das experiências diretas com o preconceito, as professoras

pesquisadoras salientam algumas direções necessárias para o debate sobre a violência de gênero e violência sexual nas universidades, revelando que o espaço da docência não pode invisibilizar situações de abuso ou de constrangimento de gênero.

As ações relatadas pela professora e pesquisadora Leila Diniz evidenciam, por exemplo, a importância do acolhimento a uma estudante em situação de violência doméstica, configurando práticas que, ainda que indiretas, também assumem caráter formativo no contexto docente. Nesse sentido, tais experiências revelam que o enfrentamento às violências ultrapassa o âmbito teórico e se concretiza em intervenções ético-políticas no cotidiano universitário. Mostram que, recentemente, as universidades brasileiras têm sido permeadas pela presença da violência contra as mulheres também no interior da vida acadêmica, sendo impelidas a encarar o problema de forma mais direta e institucional:

> *Nós tivemos uma estudante casada que foi alvo de extrema violência, violência doméstica, o agressor estava ameaçando armado. Nós nos reunimos do curso de pedagogia, montamos uma equipe de acolhimento, procuramos psicólogo, procuramos advogado. Na semana passada a advogada me mandou o resultado do processo, o juiz determinou a prisão dele. Então isso também movimenta, isso também é importante, é um vínculo teórico e político* (Entrevista com a professora pesquisadora Leila Diniz)

> *Em nosso curso aconteceu por meio de uma ação individual e depois os professores se sensibilizaram, nós juntamos cinco professores: 'você faz isso, você faz aquilo', mas não foi nada institucional* (Entrevista com a professora pesquisadora Leila Diniz).

> *Hoje eu coordeno uma pesquisa na universidade sobre violência de gênero no ambiente universitário, com uma pesquisa quantitativa nos três campi. Porque na universidade teve no ano passado o estupro de uma jovem, e a universidade silencia, a universidade não quis tratar. Assim como o trote, extremamente violento, sexista, homofóbico, e a universidade não quer olhar, ela faz um silêncio para aquilo que está berrando o tempo todo. Então como eles gostam de dados quantitativos, envio os dados quantitativos para que eles possam entender e interpretar esses dados. É bem interessante, fiz em parceria com uma outra professora daqui do estado, tem dados que a gente não supõe, como a violência, onde ela acontece e a sua a sutilidade* (Entrevista com a professora pesquisadora Leila Diniz).

Percebemos que ações como as de Leila Diniz, envolvendo pesquisas sobre violências de gênero e o auxílio à estudante violentada pelo marido, que passou por uma situação de violência, sexual e física, são exemplos que também consistem em processos formativos. A professora pesquisadora compartilha sua experiência, alertando para os entraves ainda presentes, ao narrar as medidas tomadas frente à violência sofrida pela estudante.

Aponta que é necessário provocar a reflexão sobre as experiências narradas acerca da existência do início de um movimento voltado a pensar o processo de elaboração e construção de diretrizes gerais para as ações institucionais de intervenção diante de situações de violência, discriminação de gênero e orientação sexual, bem como a propor formas institucionais e parâmetros normativos para o enfrentamento da violência contra as mulheres, enfatizando a responsabilidade jurídica das universidades.

A professora pesquisadora Leila Diniz revela a importância de tratar o tema das violências por meio da análise de documentos legais e administrativos que visam enfrentar a violência contra a mulher e pessoas LGBTQIA+, de forma geral e, especificamente na universidade. Destaca, ainda, a importância da participação em alguns grupos e comissões da universidade para iniciar o debate e acabar com a invisibilidade.

> *Tem que ter procedimentos internos, tem que criar regulamento, nossos assediadores têm que ser punidos, porque senão vão o tempo todo fortalecer a violência. A punição é importante, mas tem que ter também uma ação educativa. Mas ainda não há preocupação no geral com a discussão de gênero. A reitora na nossa universidade, não é porque ela é mulher, que considera tais questões, isso reflete como nós fomos educadas nesse país* (Entrevista com a professora pesquisadora Leila Diniz).

> *A universidade institucionalmente, somente se preocupa quando aparece algum caso grave, o que eu lamento. Deveria entender que quantos mais casos graves se tornam públicos, mais a gente devia olhar para eles internamente. Mas, se preocupam quando se tornam públicos. O que está acontecendo é que todo mundo vê e finge que não vê, ouve e finge que não houve. Está berrando a violência e isso tende a se agravar* (Entrevista com a professora pesquisadora Leila Diniz).

Assim, diferentes ações vão sendo construídas diante da possibilidade de desconstruir e problematizar os contextos de violência, compreendidos como violações dos direitos de estudantes e docentes, que impedem a capacidade coletiva de alcançar uma educação de qualidade. Esse contexto pode estar relacionado a momentos como festas e encontros sociais promovidos no âmbito da universidade, também relevantes para essa discussão. A LGBTQIAPN+fobia e as violências de gênero são consideradas “um problema global”, ou seja, uma violação dos direitos de estudantes e professoras/es, que também se configura como um impeditivo para alcançar uma educação de qualidade, assim como para consolidar um processo formativo que permita refletir e questionar a reprodução dos preconceitos e das violências de gênero no campo da educação. “Teve um trote aqui

na universidade o chamado ‘Caloura cara de sapatão’ e como resposta eu fiz a reitoria se retratar, fazendo uma campanha de visibilidade lésbica, eu fiz a campanha e a reitoria assumiu” (Entrevista com a professora pesquisadora Virginia Woolf).

Diante de violências no cenário universitário, como trotes, LGBTQIAPN+fobias e discriminação de gênero, chegando a episódios de abuso sexual e estupro, os relatos das docentes participantes evidenciam o risco de tais práticas serem silenciadas não apenas na esfera privada, mas também em nível institucional. Portanto, as falas apontam como a questão da violência precisa ser problematizada, a fim de construir estratégias e meios para interromper essas práticas discriminatórias e violentas. Percebemos a carência de debates que tratem dessa questão, acendendo um alerta para que a violência na universidade seja observada com mais atenção. As falas das participantes também apontam algumas direções possíveis para o debate sobre a violência de gênero nas universidades, revelando que o espaço da docência não pode invisibilizar situações de abuso ou constrangimento de gênero:

> *Hoje no campus, apareceu denúncias daqui na região, ‘meu professor assediador’, e aí citaram a unidade aqui do campus, isso tudo quando vem de fora para dentro, sensibilizou o diretor de campus, me chamou e falou ‘a gente tem que fazer alguma coisa’ e falei ‘então vamos pensar no observatório de violência de gênero, vamos fazer uma comissão com estudantes, professoras’. Olha, para você ver a importância, são duas professoras colaboradoras que estão indo pra comissão, professora efetiva não vai para comissão, ‘ah, discutir isso…’* (Entrevista com a professora pesquisadora Leila Diniz).

> *Temos que ter campanha. Se a gente não mudar e não expuser as figuras isso vai se perpetuando. Começamos expor as pessoas que eram contra a campanha, que debochavam da campanha lésbica, que eram misóginas. ‘Aquele professor lá? Que fica assediando as alunas dentro do gabinete?’ Meses depois o professor foi mandado embora, porque assediava alunas* (Entrevista com a professora pesquisadora Virginia Woolf).

É possível ver uma rede de discussão que se estabelece como uma forma de sensibilizar as pessoas para o debate sobre violências na universidade. A professora pesquisadora Virginia Woolf mostra um cenário permissivo em relação ao assédio de um professor com alunas, enquanto o enfrentamento às violências misóginas e lesbofóbicas é visto com deboche.

Pesquisas revelam como problematizações acerca da formação docente, das questões de gênero e das sexualidades dissidentes são atravessadas pela heteronormatividade e pela LGBTQIAPN+fobia. O discurso religioso-cristão atua como instância de assujeitamento e normatização

moral das relações de gênero, da constituição de subjetividades e das relações de poder que subjugam e promovem o machismo e as violências contra as mulheres (Castro, 2014).

Assim, a promoção da igualdade de gênero requer estruturas especiais. Para que as universidades possam promover a igualdade de gênero e erradicar a violência, são necessárias estruturas específicas para prevenir, atender, punir e erradicar a violência de gênero. Essas estruturas devem ser autônomas, para que tenham possibilidade de operacionalizar a política institucional de gênero em sua comunidade.

> *Nós tivemos até o ano passado um grupo que estudava a violência de gênero, que eu encabeçava junto com uma jornalista da universidade, a violência de gênero dentro da própria universidade. Então a gente elaborava cartazes se mobiliza* (Entrevista com a pesquisadora Patrícia Galvão).

> *Temos também os cursos tidos como 'mais masculinos do que femininos', além de resistentes ao debate, é uma região muito conservadora, as relações de gênero vividas dentro da universidade são extremamente conservadoras. Os alunos até tiravam sarro, mas nós não nos deixamos, não desistimos. A gente não desiste, continua persistindo. Então o gênero briga o tempo todo ali dentro, mas poucos conseguem visualizar e normalmente as meninas é que são as primeiras a tentar questionar* (Entrevista com a pesquisadora Patrícia Galvão).

A proposta de ampliar as redes de apoio, para ampliar a discussão, é uma estratégia utilizada pelas professoras pesquisadoras. Nesse sentido, vimos diferentes professoras, de diferentes universidades, que demonstram problemáticas similares quanto às violências de gênero. Ainda assim, as professoras pesquisadoras contribuem para um movimento de visibilidade não apenas das violências, mas também da negligência das universidades, que, ao silenciarem, compactuam com as ações violentas, podendo ocasionar a vulnerabilidade de certos grupos, como mulheres, gays, lésbicas, pessoas trans etc., e contribuir para a evasão desses grupos das universidades. Assim sendo, cabe também à universidade o compromisso de superar as formas de opressão, a fim de institucionalizar uma cultura de paz e de respeito.

Diante das violências no contexto universitário, trazidas pelas docentes, as perspectivas de suas intervenções se mostram a partir de pesquisas e parcerias realizadas entre docentes. Trata-se de engajamentos e ações políticas importantes, que contribuem de forma significativa para o combate a várias formas de violência praticadas nas universidades. Nesse sentido, as professoras pesquisadoras também contribuem para a manutenção da função social da universidade, uma vez

que estão comprometidas em salvaguardar os direitos humanos, negligenciados pela universidade quando silencia ou não trata a discussão e a resolução das violências como demandas institucionais.

Os desafios, os entraves e as estratégias para a inserção de gênero na formação docente inicial revelam grandes desafios para as universidades. As experiências e narrativas presentes nesta pesquisa provocam-nos a pensar sobre o papel educativo e social do ensino superior e da universidade diante das violências e da desigualdade de gênero:

> *Podemos ver no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade. Se a universidade não for o espaço em que essas discussões são observadas e iniciadas. Quando se inicia a profissão e atuação docente, essas discussões não serão discutidas. Então é primordial que a universidade dê visibilidade para isso, que é fundante das relações profissionais, das relações das crianças, das relações educativas nas instituições onde esses estudantes dos quais eu estou hoje contribuindo para formar e vão atuar* (Entrevista com a professora pesquisadora Frida Kahlo).

> *Nesse momento, que vivemos de contestação de que não querem que fale de gênero, eu tenho falado de gênero. Acontece um movimento contrário, por um lado eles querem nos silenciar, mas por outro lado também as pessoas envolvidas com as questões de gênero, tem se dedicado e falado mais de gênero, num movimento de resistência e de contraposição. Se antes eu talvez não visse tanta importância em falar de gênero em todas as disciplinas, agora eu vejo mais importância em falar. Eles queriam nos silenciar, mas não estão conseguindo, tem ocorrido um efeito contrário* (Entrevista com a professora pesquisadora Frida Kahlo).

A inserção de gênero na formação docente inicial aponta para uma educação voltada à transformação, ao desejo de mudança e à ação. O papel educativo da universidade pode ser entendido como aquele que lança mão do compromisso com os princípios democráticos, com a justiça social e com os direitos humanos. Mesmo com muitas conquistas e avanços, ainda há muitos desafios, os quais incluem o contexto universitário, espaço em que podem ser observadas reproduções e discriminações de gênero. As professoras pesquisadoras mostram grandes mobilizações institucionais em resposta às violências de gênero, em condições marcadas pelo ultraconservadorismo e pela misoginia. A atuação do feminismo universitário auxilia a coibir os comportamentos discriminatórios e violentos. As experiências dessas professoras no âmbito de suas relações na universidade nos alertam e nos convidam a refletir sobre a importância de nos posicionar e questionar esses comportamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se, por um lado, foi possível observar tentativas de silenciamento e um clima de ansiedade e insegurança envolvendo o debate de gênero, por outro, o debate aparece ainda mais profícuo, porque as relações de gênero estão recebendo atenção, de modo a suscitar curiosidades, questionamentos de verdades e certezas, bem como o debate e o diálogo, desvendando o gênero como elemento potencial nos processos formativos da educação.

O diálogo com as professoras pesquisadoras permitiu atribuir significados, pois o ato de poder falar de si, de narrar suas escolhas e percursos, assim como falar e rever os processos vivenciados, como observamos nas análises desta pesquisa, parece ser um caminho necessário a ser percorrido, quando a temática de gênero permeia o processo formativo docente. O diálogo com essas mulheres também nos inspira e nos encoraja, ainda mais, a resistir às tensões impostas pelo poder, que negligenciam as violências e as discriminações de gênero. Tais relatos mostraram-nos que negligenciar significa perpetuar estereótipos, discriminações e violências, seja na universidade, no currículo ou na formação docente. Trata-se de uma disputa que, entre avanços e derrocadas, faz com que as professoras pesquisadoras deem visibilidade a essas temáticas, provocando, incomodando, instigando e transformando formas de pensamento, além de promoverem práticas educativas emancipadoras.

Os resultados revelam o currículo como um campo de disputas, apresentam as estratégias de inclusão de gênero nas diferentes disciplinas e evidenciam os tensos processos que permeiam a institucionalização da temática de gênero. É possível observar também as abordagens utilizadas pelas professoras pesquisadoras para provocar o debate de gênero e o processo de desnaturalização junto a suas/seus estudantes, bem como os desafios diante do contexto político antigênero, considerando o campo da educação e gênero permeado por entraves e processos de elaboração tensos e negociados.

Mostram, ainda, os preconceitos e as violências de gênero vivenciados no ambiente universitário, assim como a necessidade de problematizar os constrangimentos baseados nos valores misóginos, sexistas e heteronormativos, reflexos dos valores de nossa sociedade. Também complexificam as mudanças de comportamento com a presença da onda ultraconservadora e misógina que permeia os espaços universitários.

As disputas no currículo em torno da inserção de gênero mostram as desigualdades nesse campo narrativo, que ainda não conseguiu abarcar a temática de gênero como um debate atrelado às relações e práticas humanas. A proposta de alternativas revelou tentativas dificultadoras que propõem, em vez de incluir disciplinas obrigatórias sobre a temática, discutir o assunto por meio de seminários ou outros formatos esporádicos, reforçando seu status secundário. Em contrapartida, observamos a persistência das professoras pesquisadoras, que resistem em ressaltar o gênero como um debate indispensável em seus grupos de pesquisa, projetos de extensão, comissões e grupos de enfrentamento, como uma forma de comprometimento contra as desigualdades de gênero.

Desconstruir os discursos de misoginia envolve um meticuloso projeto de educação, atento à suposta subversão de valores e conceitos, destacando as conexões entre as opressões e violências vivenciadas no âmbito acadêmico, que compõem o rico e complexo processo formativo subjetivo e profissional. Na direção de um projeto educativo institucional que problematize as desigualdades e violências de gênero, consideramos que as violências de gênero integram o amplo escopo de ações de manutenção de relações de gênero assimétricas.

Ao considerar que o ato de educar nunca é desprovido de intencionalidade política, seja para a submissão, seja para a emancipação humana (Silva, Faria e Finco, 2019), a questão da educação e do posicionamento político torna-se mais complexa e urgente. Nesse sentido, pautar a conquista de direitos a partir dos direitos humanos é uma das questões centrais, com vistas ao direito à vida, dados os altos índices de feminicídio e violência de gênero, que evidenciam a urgência da perspectiva feminista para a formação docente.

É preciso pensar no papel da universidade para a construção de um olhar crítico capaz de desafiar as relações hierárquicas de gênero dominantes, com caráter político de emancipação, que questione a construção de um conhecimento supostamente neutro e natural e que possa, assim, transformar as relações sociais desiguais e a reprodução da violência. O desafio está em não reproduzir nem reforçar estereótipos de gênero, de modo que o ensino sirva à democracia, possibilitando pensar em práticas não hierárquicas, não estereotipadas e não violentas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUQUET, Ana. Impulsar la igualdad de género en universidades previene la violencia. **Dirección General de Comunicación Social**, 2020. Disponível em: https://www.dgcs.unam.mx/boletin/bdboletin/2020_1060.html. Acesso em 14 de março de 2026.

BUQUET, Ana. **El orden de género en la educación superior: una aproximación interdisciplinaria. Nómadas** (Col), Universidad Central Bogotá, Colombia, núm. 44, abril, 2016, p. 27-43.

CARDOSO, Frederico Assis; AMORIM, Marina Alves; SULZ, Juliana Albuquerque. "Crise da Masculinidade": Retóricas da ofensiva antigênero e antifeminismo de Estado. **Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.,** Salvador, v. 32, n. 72, p. 97-115, out./dez. 2023.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. v. 2, 9. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

CASTRO, Roney Polato. **Experiência e constituição de sujeitos docentes: relações de gênero, sexualidades e formação em Pedagogia.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação,** São Paulo, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003.

FINCO, Daniela. Redes feministas na universidade: compromisso político e acadêmico na defesa dos direitos das mulheres e das crianças pequenas. In: TELES, Maria Amélia de Almeida; SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (Orgs.). **Por que a creche é uma luta das mulheres?** Inquietações feministas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade! São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p. 09-13.

LACERDA, Priscila Bispo. **Vamos falar de gênero sim!:** relações de gênero na formação continuada de docentes da educação infantil em tempos de censura. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Paulo, 2025.

LIMA, Márcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In: **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**: Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo; CEBRAP, 2016. p. 24-41.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, Género e Sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2000.

RICH, Adrienne. Heterosexualidad obligatoria y existencia lesbiana. Tradução: Maria-Milagros Rivera Garretas. **Revista d'Estudis Féministes**, n. 11, 1996.

SÁ, Bruno do Nascimento. **Relações de gênero e educação:** uma análise sobre a formação inicial docente na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. História e Memória do Feminismo Acadêmico no Brasil: O Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM/UFBA (1983-2020). **Feminismos**, Salvador, v. 8, n. 3, p. 11-37, set./dez. 2020.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan Wallach. **A Invisibilidade da Experiência.** Tradução de Lúcia Haddad. Proj. História. São Paulo, n. 16, p. 29, fev. 1998.

SILVA, Adriana; FARIA, Ana Lúcia G.; FINCO, Daniela. Lute como uma menina! O verbo é lutar desde o nascimento na vida de meninas. **Dossiê Rosa Luxemburgo, Mulheres, Liberdade e Revolução. Historiæ,** n. 10 (1), p. 59–82, 2019.

SOARES, Alexandre Gomes. **A inserção de disciplinas de gênero em cursos de Pedagogia de Faculdades de Educação:** caminhos e desafios em três universidades federais em Minas Gerais. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2018.

UNBEHAUM, Sandra. **As questões de gênero na formação inicial de docentes:** tensões no campo da educação. Tese (Doutorado em Educação). PUC-São Paulo, São Paulo, 2014.
UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. *S***eminário educação em sexualidade e relações de gênero na formação inicial docente no ensino superior.** Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 9 out. 2013: relatório final. Brasília: Unesco, 2014.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Seminário educação em sexualidade e relações de gênero na formação inicial docente no ensino superior.** São Paulo, nov. 2015: relatório final. Brasília: Unesco, 2017.

YANNOULAS, Silvia Cristina; VALLEJOS, Adriana Lucila; LENARDUZZI, Zulma Viviana. Feminismo e academia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,** v. 81, n. 199, 1 dez. 2000.

YANNOULAS, Silvia; AFONSO, Sophia; PINELLI, Lais. Propuestas político-pedagógicas neoconservadoras: Falacias de la "ideología de género" y del movimento "escuela sin partido". **Revista Debate Público** - Reflexión de Trabajo Social, Universidad de Buenos Aires y la Facultad editora, año 11, n. 21, p. 65-81, 2021.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.


fapeti
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO


pós-
graduação


UNITAU
Universidade de Taubaté